

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MARIA FACUNDO MOTA FILHA

**A LUTA PELA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL NO BRASIL,
ENFOQUE NO PARANÁ – 1992 – 2001.**

Monografia apresentada para obtenção do
título de Especialista no Curso de
Especialização em Economia do Trabalho –
Setor de Ciências Sociais Aplicadas.
Universidade Federal do Paraná

Orientador: Prof. Dr. Armando Vaz Sampaio

CURITIBA

2003

AGRADECIMENTOS

A Ana Maria Böhm, que me propiciou a oportunidade de fazer o Curso de Especialização em Economia do Trabalho; ao meu esposo Gilson e ao meu filho Pedro Felipe pela valiosa colaboração e compreensão; ao colega de trabalho Sérgio Luiz de Paula que disponibilizou tempo e material para pesquisa e a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
1. TRABALHO INFANTIL: CONCEITOS E ESCLARECIMENTOS.....	02
1.1. INCIDÊNCIA NO MUNDO	04
2. A LUTA PELA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL NO BRASIL	07
2.1. PRECEDENTES.....	07
2.2. BASE LEGAL.....	08
2.3. BASES INSTITUCIONAIS/ATUAÇÃO.....	11
3. POLÍTICAS E PRINCIPAIS EIXOS DE AÇÕES NA LUTA CONTRA O TRABALHO INFANTIL.....	16
4. A DIMENSÃO DO TRABALHO INFANTIL NO BRASIL	19
5. O TRABALHO INFANTIL NO PARANÁ.....	27
6. O COMBATE AO TRABALHO INFANTIL NO PARANÁ.....	31
6.1. PRECEDENTES.....	31
6.2. FÓRUM ESTADUAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL E DE REGULARIZAÇÃO DO TRABALHO DO ADOLESCENTE DO PARANÁ.	33
6.3. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO/ DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO NO ESTADO DO PARANÁ – DRT/PR.....	34
6.4. MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO/ PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO – PRT/ 9ª REGIÃO	37
6.5. MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL.....	38
6.6. SECRETARIA DE EMPREGO, TRABALHO E PROMOÇÃO SOCIAL	38
6.7. CONSELHOS TUTELARES	39
6.8. CONSELHOS DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.....	40
CONCLUSÃO	41
BIBLIOGRAFIA.....	43

LISTA DE TABELAS

TABELA – 01	PESSOAS DE 5 A 17 ANOS DE IDADE, TOTAL E OCUPADAS, POR GRUPOS DE IDADE, SEGUNDO O SEXO – 1999 E 2001 – BRASIL (ESTIMATIVAS REVISTAS DE 1999)	20
TABELA – 02	PERCENTUAL DE PESSOAS DE 5 A 17 ANOS DE IDADE POR GRUPOS DE IDADE, SEGUNDO O SEXO - BRASIL – 1999 E 2001.....	20
TABELA – 03	PERCENTUAL DE PESSOAS OCUPADAS NA SEMANA DE REFERÊNCIA, NA POPULAÇÃO DE 5 A 17 ANOS DE IDADE, POR GRUPOS DE IDADE, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES – 1992 – 2001	21
TABELA – 04	PERCENTUAL DE PSSSOAS EM ATIVIDADE AGRÍCOLA NO TRABALHO PRINCIPAL, NA POPULAÇÃO DE 5 ANOS OU MAIS DE IDADE, OCUPADA NA SEMANA DE REFERÊNCIA, POR GRANDES REGIÕES, SEGUNDO OS GRUPOS DE IDADE – 2001	22
TABELA - 05	PERCENTUAL DE PESSOAS QUE PERMANECIAM NA ESCOLA MAIS DE 4 HORAS POR DIA NA POPULAÇÃO DE ESTUDANTES DE 5 A 17 ANOS DE IDADE, POR GRANDES REGIÕES, SEGUNDO OS GRUPOS DE IDADE E A REDE DE ENSINO QUE FREQUENTAVAM – BRASIL – 2001.....	23
TABELA – 06	TAXA DE ESCOLARIDADE DAS PESSOAS DE 5 A 17 ANOS DE IDADE, POR CONDIÇÃO DE INSCRITAS OU BENEFICIÁRIAS DE PROGRAMA SOCIAL PARA EDUCAÇÃO, SEGUNDO OS GRUPOS DE IDADE - BRASIL – 2001	24
TABELA – 07	PESSOAS DE 5 A 17 ANOS DE IDADE, OCUPADAS NA SEMANA DE REFERÊNCIA, POR GRANDES REGIÕES, SEGUNDO OS GRUPOS DE IDADE E OS GRUPOS DE HORAS HABITUALMENTE TRABALHADAS POR SEMANA EM TODOS OS TRABALHOS – BRASIL - 2001.....	25
TABELA – 08	CRIANÇAS E ADOLESCENTES QUE TRABALHAM NO PARANÁ – NÚMEROS TOTAIS - 1992/95/99 – 2001.	27
TABELA –09	TAXA DE OCUPAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES POR GRUPOS ETÁRIOS BRASIL E PARANÁ: 1992/95/99 – 2001.....	28
TABELA –10	PESSOAS DE 5-17 ANOS OCUPADAS, NA SEMANA DE REFERÊNCIA POR ATIVIDADE NO TRABALHO PRINCIPAL – PARANÁ – 2001	28

INTRODUÇÃO

O trabalho infantil “é um fenômeno social complexo: determinado economicamente, condicionado socialmente e influenciado por fatores de natureza cultural”.

Na sociedade brasileira, onde há 53 milhões de pessoas abaixo da linha de pobreza, o trabalho precoce de crianças e adolescentes é um fator de manutenção dessa desigualdade, já que apenas os filhos de pobres são submetidos a esse tipo de atividade, muitas vezes em detrimento da educação.

Consideramos, por isso, que a conscientização da sociedade e as ações públicas voltadas para a erradicação do trabalho infantil são fundamentais para construir um país economicamente moderno, justo e solidário, um dos objetivos fundamentais da República brasileira.

Apresentar a situação do trabalho infantil no Brasil, com enfoque no Paraná e os caminhos que se tem trilhado para a sua erradicação, bem como a atuação das principais instituições na busca de conscientização da sociedade é o principal objetivo deste trabalho.

Inicialmente será feito um esclarecimento sobre os conceitos de infância e adolescência e o que se quer dizer com a expressão “trabalho infantil”.

Em seguida, demonstrar-se-á a base legal e institucional sob a qual está assentada a luta pelo combate ao trabalho infantil no Brasil, bem como seus principais eixos de ação e a extensão destes no âmbito estadual.

Será analisada, por intermédio dos dados obtidos pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a situação do trabalho infantil no Brasil e no Paraná, no período de 1992 a 2001, apresentando ainda, a atuação das principais instituições governamentais no combate ao trabalho infantil no Paraná.

1. TRABALHO INFANTIL: CONCEITOS E ESCLARECIMENTOS

Para a análise do tema “trabalho infantil” faz-se necessário esclarecer qual o período que compreende a infância e a adolescência e o que queremos dizer com a expressão acima .

Segundo KASSOUF (2001, p.117), o conceito de infância difere entre países. Enquanto alguns o relacionam à idade cronológica, outros, também levam em conta fatores sociais e culturais.

A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, considera criança todo ser humano menor de 18 anos de idade. Já a Organização Internacional do Trabalho - OIT, considera criança a pessoa de idade inferior a 15 anos, limite internacionalmente estabelecido para o ingresso no mercado de trabalho.

No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) considera criança a pessoa com idade inferior a 12 anos e adolescente aquele que tem entre 12 e 18 anos de idade.

A título de esclarecimento, utilizaremos os conceitos de criança e adolescente na perspectiva brasileira, conforme acima explicitado.

Quanto à expressão “trabalho infantil”, segundo o informe da 90ª Reunião da Conferência Internacional do Trabalho da OIT, não se aplica a todos os tipos de tarefas realizadas pelos menores de 18 anos. Em muitos casos, quando estão de acordo com a idade e maturidade de quem os realiza, sejam remunerados ou não, o trabalho é legítimo. Ao realizá-lo, aprendem a assumir responsabilidades, socializam-se, adquirem habilidades, além de incrementar o bem-estar de suas famílias.

Entretanto, algumas atividades realizadas pelas crianças com suas famílias, em suas pequenas propriedades, ou seja, na produção agrícola que envolve o uso de agrotóxicos, utilização de equipamentos inadequados ou durante longas jornadas de trabalho, “findam por enquadrar essas atividades como trabalho infantil indesejável” (MARQUES, NEVES e NETO, 2002 p. 22-23).

No informe da OIT, mencionado anteriormente, baseado nas Convenções 138 e 182 (que trata sobre a idade mínima para o trabalho e as piores formas de trabalho infantil, respectivamente), encontra-se definido três categorias de trabalho infantil que devem ser abolidos:

- o trabalho realizado por pessoas abaixo da idade mínima especificada pela legislação nacional - no Brasil, 16 anos (e de acordo com as normas internacionais) para o tipo de tarefas a serem desenvolvidas e que portanto, provavelmente, prejudique a educação ou o desenvolvimento pleno da criança ou adolescente;
- o trabalho perigoso, que ponha em risco o bem-estar físico, mental ou moral da criança;
- as formas inquestionavelmente piores de trabalho infantil definida internacionalmente, como a escravidão, prostituição, utilização de crianças e adolescentes em conflitos armados, pornografias e outras atividades ilícitas (OIT, 2002, p. 09-10).

É portanto, no contexto de exploração de mão-de-obra infanto-juvenil, que a expressão “trabalho infantil”, será aqui utilizada; aquele que está fora dos parâmetros permitidos pela legislação brasileira (que será apresentada posteriormente).

1.1 INCIDÊNCIA NO MUNDO

O trabalho infantil não é um fenômeno novo. É uma prática tão antiga quanto à própria história. Entretanto, esta realidade se tornou mais visível com o advento da Revolução Industrial, quando crianças e adolescentes se tornaram mais exploradas.

Ao contrário do que se pensa, o trabalho infantil não é um problema apenas de países pobres ou subdesenvolvidos, é um fenômeno social existente em todo o mundo. Varia apenas de intensidade e gravidade.

Segundo estimativas da OIT (informe da 90ª Conferência – 2002-a), em 1995, estimava-se que, cerca de 250 milhões de crianças entre 05 e 14 anos de idade estavam economicamente ativas nos países em desenvolvimento. Em 2000, o número estimado desse mesmo grupo para os mesmos países, foi de 206 milhões, o que representa uma significativa redução de um período para o outro. Contudo, se tem dúvida se esse resultado está na diferença de utilização de métodos e fontes de dados diversos, mais confiáveis para o ano 2000 ou se resulta realmente de uma redução. Entretanto, afirma a OIT, a grande diferença entre ambas as estimativas, talvez indique que se tenha havido uma redução global no número de crianças trabalhadoras, permitindo sinalizar com prudente otimismo que as medidas adotadas para lutar contra o trabalho infantil estejam surtindo efeito.

VEIGA (1998, p.13), em seu livro intitulado “A Questão do Trabalho Infantil”, sugere que o tema - trabalho infantil – “embora tenha um apelo humanitário, simples e direto, (...) ganhou relevância internacional pelo fato de muitos países em desenvolvimento explorarem a mão-de-obra de crianças com o objetivo de baratear suas exportações aos mercados dos países ricos”, trazendo, por isso, repercussões de natureza econômica.

Afirma ainda que a preocupação com essa temática é resultado de três perspectivas diferentes:

- está associado às iniciativas do sistema de instituições que compõem a Organização das Nações Unidas (ONU) – Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) - no que diz respeito à discussão e implementação dos programas de defesa dos direitos humanos;
- o fato da estipulação de uma idade mínima para ingresso no trabalho ser considerado pela OIT como um padrão trabalhista, sendo tratada como Convenção;
- e a perspectiva que vincula o trabalho infantil, bem como outros padrões trabalhistas, às relações de comércio, por meio da proposta de uma cláusula social nas regras multilaterais de comércio (VEIGA, op. cit. p. 14-15).

É claro também, que o tema é complexo e envolve uma grande quantidade de situações. Segundo o Unicef, o trabalho infantil está associado à pobreza e aos baixos níveis de desenvolvimento humano e social. Os países com elevados índices de analfabetismo, baixos índices de crianças nas escolas e parte significativa da população em situação de miséria absoluta ou próxima disso são aqueles que apresentam as maiores proporções de crianças em situação de exploração. Além disso, há também questões culturais que envolvem tradições e costumes que facilitam a exploração, tornando ainda mais difíceis as soluções para o problema (OCDE, 1996; GONÇALVES, 1996 in VEIGA, op. cit. p. 33/34).

Dentre os continentes que mais utilizam o trabalho infantil, na faixa etária de 05 a 14 anos, estão a Ásia e o Pacífico com a maior quantidade de trabalhadores infantis em termos absolutos, com 60% de suas crianças; a África Subsaariana, ocupando o primeiro lugar em termos relativos, com 23%; e a América Latina e

Caribe com cerca com 8% (OIT. 2002, p.22) .

Diante desse quadro, “alerta a OIT, mais da metade das crianças que trabalham:

- não terminará a formação escolar básica;
- nunca terão um emprego decente;
- nunca escaparão da pobreza” (MTE-DRT/GO, s/d p. 13).

Para enfrentamento dessa situação, será feita uma breve descrição de como o trabalho infantil era tratado no Brasil, até meados dos anos 80, e como está sendo abordado à luz do escopo legal e institucional que surgiu após 1988.

2. A LUTA PELA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL NO BRASIL

2.1- PRECEDENTES

O trabalho, especialmente aquele realizado por crianças e adolescentes de classe pobre, até bem pouco tempo, era visto como “disciplinador” (idéia ainda arraigada entre alguns) e, portanto, antídoto, contra a desordem moral e social; algo que “trazia em si mesmo, a um só tempo, o dom de educar, evitar a criminalidade, ‘a vadiagem’ e, ainda, complementar a renda familiar” (COMPANHIA BRASILEIRA DE METALURGIA E MINERAÇÃO, ABRINQ e UNICEF, 1994 p. 87).

Era essa a visão que havia em relação ao trabalho infantil, fazendo com que a sociedade e o estado brasileiros convivessem de forma pacífica diante dessa situação.

COSTA (1997?, p. 47), em seu trabalho “O Estatuto da Criança e do Adolescente e o Trabalho Infantil”, descreve bem a atitude que havia de algumas instituições frente a essa questão:

A fiscalização do Ministério do Trabalho teve sempre uma atitude bastante tímida e inexpressiva diante do problema; os sindicatos totalmente absorvidos pelas lutas corporativas, consideravam que dedicar atenção a esse tipo de problema era desviar tempo e energia que poderiam ser gastos nas lutas capazes de conduzir as transformações sociais mais amplas e profundas. As ONGs, voltadas para o atendimento da população infanto-juvenil, por seu lado, preocupavam-se apenas com ações típicas de atendimento direto evitando enveredar-se pela discussão de questões políticas e sociais de maior envergadura.

Felizmente, no Brasil, no final da década de oitenta, com o surgimento de um movimento social em favor dos direitos das crianças e adolescentes, a promulgação da Constituição Federal de 1988, a adoção da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança (1989), a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) estabeleceram-se marcos de uma nova perspectiva social em relação à infância e a adolescência.

2.2 – BASE LEGAL

As legislações sobre o trabalho infantil variam de país para país. Nos Estados Unidos, a idade mínima para o ingresso no mercado de trabalho é 16 anos; na Inglaterra, 13; em países como Alemanha, Itália, Paraguai, Suíça e Uruguai é de 15 anos.

A legislação brasileira é uma das mais avançadas no que se refere à proteção da criança e adolescente. Os dispositivos que regulamentam o trabalho infanto-juvenil, são: a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente, A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), Acordos e Convenções internacionais , e demais leis que foram criadas com essa finalidade específica. Serão examinadas individualmente, com exceção da CLT , já atualizada pela CF-88 e legislação posterior.

Constituição Federal

Baseada na Convenção Internacional dos Direitos da Criança (que seria aprovada em novembro de 1989), a Constituição Federal de 1988 em seu artigo 227, determina que se dê “absoluta prioridade” aos direitos das crianças e adolescentes (direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à profissionalização, etc) devendo estes ser assegurados pela família, pela sociedade e pelo Estado, “além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”.

O mesmo dispositivo acima mencionado determina a idade mínima de 16 anos (alterada pela Emenda Constitucional nº 20, de dezembro de 1998) para ingresso no mercado de trabalho, permitindo, porém, que se trabalhe a partir dos 14

anos, desde que na condição de aprendiz¹.

Entretanto, continuam proibidos os seguintes tipos de trabalho para menores de 18 anos (CF - Art. 7º, XXXIII):

- noturno, realizado entre as 22 horas de um dia e às 05 horas da manhã do dia seguinte;
- perigoso, insalubre ou penoso;
- realizado em locais prejudiciais à formação e ao desenvolvimento físico, psíquico, moral e social;
- realizado em locais e horários que não permitam a freqüência à escola.

Estatuto da Criança e do Adolescente –ECA

Promulgado pela Lei nº 8.069, de 13/07/1990, em substituição ao Código de Menores, até então vigente, o Estatuto da Criança e do Adolescente regulamentou as conquistas efetivadas na Constituição Federal de 1988 em favor da infância e da juventude, inclusive no que se refere ao trabalho.

Centrado na Doutrina de Proteção Integral à criança e ao adolescente, passou a considerá-los: “sujeitos de direitos, pessoas em condição peculiar de desenvolvimento e prioridade absoluta” .

Enfatiza que “a política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios” (art. 86).

O ECA trouxe importantes mudanças na política de promoção e defesa de direitos da população infanto-juvenil, estabelecendo um perfil básico para

1 Menor aprendiz: é o empregado com idade entre 14 e 18 anos sujeito à formação profissional metódica do ofício ou ocupação, matriculado em curso mantido ou reconhecido pelo SENAI, SENAC, SENAT E SENAR (Dec. 31.546/52, art. 2º).

atendimento, mediante:

- criação de conselhos municipais, estaduais e nacional da criança e do adolescente (que serão descritos posteriormente);
- manutenção de fundos municipais, estaduais e nacional ligados aos respectivos conselhos de defesa da criança e do adolescente;
- criação e manutenção de programas específicos, observada a descentralização político-administrativa;
- municipalização do atendimento (art. 88, incisos I-IV).

Convenções Internacionais

O Brasil ratificou duas normas internacionais da OIT (que se incorporou ao ordenamento jurídico brasileiro): as convenções 138 e a 182. A primeira trata sobre a idade mínima para admissão ao emprego e a segunda é relativa as piores formas de trabalho infantil.

Outras Leis

Existem ainda leis esparsas que visam coibir a exploração de mão-de-obra infanto-juvenil:

- a Lei 8.666/93 (que trata de licitações), alterada em maio de 2000, impõe como requisito para que uma empresa possa contratar com a Administração Pública a inexistência de trabalho infantil;
- o Código Penal Brasileiro, nos crimes relativos à exploração de mão-de-obra análoga à condição de escravo, prevê como agravante, o fato da vítima ser menor de 18 anos;
- a alteração realizada no art. 244-A do ECA que prevê a criminalização

dos responsáveis pela exploração sexual de crianças e adolescentes, tendo como pena acessória, a cassação da licença para o funcionamento do estabelecimento onde se registra o crime (MARQUES, NEVES E NETO, 2002 p. 33).

2.3 - BASES INSTITUCIONAIS/ATUAÇÃO

O combate ao trabalho infantil no Brasil tem se assentado num quadro institucional mais favorável, especialmente a partir dos anos noventa, em parte em decorrência do quadro internacional a respeito do assunto. A atuação de organismos internacionais como a OIT e Unicef, a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente e a conseqüente implantação de uma rede de conselhos de defesa dos direitos desse segmento da população, as numerosas denúncias de exploração da mão-de-obra infantil, a mobilização de grupos sociais envolvidos com o tema tem constituído fatores importantes para a disseminação de ações institucionais de erradicação do trabalho infantil e para um tratamento mais central na agenda social brasileira (AMARAL, SILVEIRA E CARPINTEIRO, in Trabalho Infantil – a Infância Roubada, 2002 p. 34).

Com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente foram criados:

- a) Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente** – órgãos públicos de composição paritária, dotados de poder deliberativo e controladores das ações relativas aos direitos das crianças e adolescentes² (art. 88-II). Existentes nos três níveis de governo, podem ser assim descritos:

² Além dos Conselhos voltados especificamente para a proteção da criança e do adolescente, há embora de caráter mais geral, os conselhos de Assistência Social, implantados nas diversas unidades da federação, que ainda que busquem assegurar o respeito aos direitos dos grupos vulneráveis, todavia, também focalizam a questão do trabalho infantil (Presidência da República, 1998).

- A nível nacional, o **CONANDA** – Conselho Nacional da Criança e do Adolescente foi criado pela Lei nº 8.242/1991 e vinculado ao Ministério da Justiça, tem dentre as suas atribuições: elaborar as normas gerais da política nacional de atendimento dos direitos da criança e do adolescente; apoiar os Conselhos Estaduais e Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, órgãos estaduais, municipais e entidades não-governamentais, com vistas à eficácia e efetividade das diretrizes estabelecidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e gerir o Fundo Nacional para a criança e o adolescente.
- Os Conselhos Estaduais (CEDCAs) e Municipais (CMDCA's) de Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes, criados por lei estadual ou municipal a eles cabem, em seus respectivos níveis de atuação, a elaboração de políticas públicas destinadas ao atendimento integral da criança e do adolescente e gerir os Fundos da Infância e Adolescência (FIA). Tal fundo se destina a custear programas e projetos especiais de instituições públicas ou privadas que atuam na proteção da criança e do adolescente. O plano de aplicação de tais recursos é submetido à apreciação do Poder legislativo.

b) Conselhos Tutelares (atua na órbita municipal) – de natureza mais operacional, são órgãos permanentes e autônomos, não-jurisdicional, encarregados de zelar pelo cumprimento dos direitos das crianças e dos adolescentes (ECA, art. 131).

São “compostos por cinco membros eleitos pelos cidadãos locais para mandato de 3 (três) anos, permitida uma reeleição” e atuam sob fiscalização do Ministério Público (ECA, art. 132).

Criados para garantir a aplicação eficaz das propostas estatutárias,

sempre que os direitos de crianças e adolescentes forem violados, por ação ou omissão do Estado ou da sociedade, caberá aos Conselhos Tutelares adotar as medidas cabíveis ajuizando, quando necessário, uma representação junto à autoridade competente (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1998 p. 44).

Além dos Conselhos, surgiram outras formas de combate ao trabalho infantil.

- No contexto internacional:

Programa IPEC

A entrada do Brasil no Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC) da OIT, somado aos programas do Unicef, a partir de 1992, do qual o Brasil recebeu suportes técnico e financeiro para a luta contra a exploração do trabalho Infantil, foi, sem dúvida um ponto extremamente favorável para enfrentamento dessa questão (SCHWARTZMAN, 2001 p. 13).

- No contexto governamental, a nível federal:

Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil

Foi instituído em novembro de 1994, visando uma melhor articulação entre as diversas organizações governamentais e não-governamentais capazes de atuar na área de eliminação do trabalho infantil.

Sob a coordenação do Ministério do Trabalho, com o apoio do UNICEF e da OIT, o Fórum, que congrega 43 entidades (entre elas, ONGs, sindicatos, empresários, Igreja, alguns ministérios), vem se configurando um espaço privilegiado de coordenação de ações, de mobilização e de articulação institucional. Tem inspirado modelos de ações voltadas à erradicação do trabalho infantil, tal como a metodologia dos Planos de Ações Integradas (PAIs), através do qual se integram

ações de diferentes áreas e busca-se coordenar os esforços dos três níveis de governo e da sociedade civil. Dessa experiência, surgiu o PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – programa federal - implantado em 1996, pela Secretaria de Estado de Assistência Social/ MAPS – Ministério da Assistência e Promoção Social.

Coordenadoria Nacional de Combate à exploração do Trabalho da Criança e Proteção ao Trabalhador Adolescente

Instituída no âmbito do Ministério Público do Trabalho, em 10/11/2000, através da Portaria nº 299, tal Coordenadoria conta com procuradores designados para tratar da questão em todos os estados do país. A atuação dos referidos procuradores tem gerado a assinatura de Termos de Compromisso de Ajustamento de Conduta com diversas empresas urbanas e empregadores rurais, retirando a criança do trabalho, sobretudo aquele agravado pelo ambiente insalubre, perigoso e penoso intensificando-se assim, a política institucional voltada para a erradicação do trabalho infantil (MARQUES, NEVES E NETO, 2002 p. 67/68).

Grupos Especiais de Combate ao Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente (GECTIPAs)

Foram criados no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego para atuar nas Delegacias Regionais do Trabalho (DRTs), existentes em todas as unidades da federação. Através da fiscalização, trabalham especificamente no combate ao trabalho ilegal de crianças e na regularização do trabalho de adolescentes.

O MTE, a partir do trabalho efetuado pela fiscalização, vem fazendo o mapeamento dos focos de trabalho infantil por município, estudos e pesquisas sobre

o trabalho infantil e seus impactos, a edição e distribuição de publicações institucionais sobre o trabalho infantil, a promoção de eventos para a sensibilização da sociedade e a realização de campanha nacional que enfoque a importância de combate ao trabalho infantil.

Realiza coleta de dados visando subsidiar a seleção dos locais (municípios) e atividades que serão incluídos para a recepção da Bolsa Criança Cidadã de responsabilidade do Ministério da Assistência e Promoção Social – MAPS e ainda a elaboração de uma publicação periódica do “Mapa de Indicativos do Trabalho da Criança e do Adolescente”.

- Contexto não-governamental (empresarial):

Fundação Abrinq

Dentre as iniciativas não governamentais, cumpre destacar a atuação da Fundação Abrinq, vinculada à Associação Brasileira de Fabricantes de Brinquedos, através do Programa “Empresa Amiga da Criança”. Iniciativa pioneira no país, além de certificação social de produtos exportados para diferentes países, ela também está envolvida com projetos educacionais, por meios de treinamentos profissional e vocacional (VEIGA, 1998 p. 129).

3. POLÍTICAS E PRINCIPAIS EIXOS DE AÇÃO NA LUTA CONTRA O TRABALHO INFANTIL

É em meados da década de 90 que as ações institucionais voltadas explicitamente à prevenção e erradicação do trabalho infanto-juvenil tornam-se mais expressivas. Segundo Amaral, Silveira e Carpinteiro (in Trabalho Infantil – A Infância Roubada, 2002) tais ações estão centradas nos seguintes eixos:

- sensibilização e mobilização social para a questão do trabalho infantil;
- incentivos ou prêmios para a atuação contra o trabalho infantil;
- fiscalização, denúncia ou ações judiciais contra a exploração de mão-de-obra infantil;
- atividades de educação básica ou ações complementares à escola;
- incremento da renda e ações sócio-educativas junto às famílias.

As ações de sensibilização e mobilização social visam, de modo geral, a chamar a atenção para a violação dos direitos da infância e da adolescência e conscientizar a opinião pública para o problema do trabalho infantil.

As ações de incentivos, premiação ou certificação de empresas buscam investir na responsabilidade social das mesmas, concedendo-lhes “selos sociais voluntários” com forte apelo junto aos consumidores e à opinião pública. Como exemplo, temos o Programa Empresa Amiga da Criança da Fundação Abrinq. Nessa perspectiva existe ainda, a celebração de pactos setoriais das empresas com instituições governamentais (Ministério Público do Trabalho) e não-governamentais (Fundação Abrinq), através dos quais as empresas se comprometem a não utilizar em nenhum momento de sua cadeia produtiva mão-de-obra infanto-juvenil.

As ações destinadas à fiscalização, denúncia ou demandas judiciais visam a aplicação ou o cumprimento dos dispositivos legais sobre o trabalho infantil através da atuação do Ministério do Trabalho e Emprego, do Ministério Público do Trabalho,

Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselhos Tutelares.

Enfocando a questão educacional, as iniciativas existentes buscam lidar com o problema da evasão escolar e da repetência, através de ações sócio-educativas envolvendo atividades de reforço escolar, esportivas e culturais.

Para o incremento de renda de famílias pobres, surgiram diversos programas de renda mínima ou bolsa-escola (federal, estadual e municipal), vinculados ao ingresso e permanência de crianças de 7 a 14 anos na escola.

Porém, dentre eles, mais especificamente destinado às crianças e adolescentes envolvidos com o trabalho infantil, foi criado o PETI- Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, que será apresentado em seguida.

Outros programas desenvolvidos pelo Governo, como o PROGER – Programa de Geração de Emprego e Renda, PLANFOR – Programa Nacional de Qualificação profissional e PRONAF- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, embora não tenham sido criados com a finalidade de erradicação do trabalho infantil, segundo o governo, também estão sendo utilizados nessa perspectiva (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1998 p. 61).

PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

É um programa federal que envolve um conjunto amplo de ações a cargo da Secretaria de Estado da Assistência Social/MAPS - Ministério da Assistência e Promoção Social em articulação com o Ministério do Trabalho e Emprego, da Integração Nacional, Educação e Saúde, além de articulação com os governos estaduais e municipais.

Nasceu de uma experiência realizada em 1996 nas carvoarias do Mato Grosso do Sul, sendo ampliadas posteriormente, em 1997, para a cultura de sisal na Bahia e o corte de cana de açúcar em Pernambuco. Em 2000, ele é estendido a

nível nacional.

Em parceria com os diversos setores dos governos estaduais, municipais e da sociedade civil (através dos Conselhos de Assistência Social, Conselhos Tutelares e Fóruns de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil), tem como objetivo “eliminar o trabalho infantil em atividades perigosas, insalubres e degradantes. Destina-se, prioritariamente, às famílias atingidas pela pobreza e pela exclusão social, com renda per capita de até ½ salário mínimo, com filhos na faixa etária de 7 a 14 anos que trabalham em atividades dessa natureza”.

As linhas básicas de ação do PETI consistem na complementação de renda das famílias, por meio de uma bolsa mensal – a Bolsa Criança Cidadã, cujo valor é de R\$ 25,00 na área rural e R\$ 40,00 na área urbana (capitais e municípios com mais de 250 mil habitantes), por criança ou adolescente – e a implementação de uma jornada escolar ampliada (contraturno com atividades extracurriculares). Contemplam ainda: o apoio às famílias, através de ações sócio-educativas; iniciativas de qualificação profissional e geração de trabalho e renda.

Desde a sua criação, o número de crianças e adolescentes atendidos pelo Programa apresentou um crescimento extraordinário passando, inicialmente, de 3.170 para 117.200, em 1998, e para 749.353 em 2001, atendendo aproximadamente 25% dos municípios brasileiros.

Cabe aqui destacar, que no conjunto de ações e programas destinados a clientela infanto-juvenil, PPA - Plano Plurianual - 2000-2003, a faixa etária de 14 a 18 anos não foi contemplada.

4. A DIMENSÃO DO TRABALHO INFANTIL NO BRASIL

Apesar da legislação brasileira procurar proteger a criança e o adolescente há uma grande distância entre o que diz a lei e a realidade observada. Infelizmente, milhares de crianças e adolescentes continuam trabalhando no Brasil, “trocando a infância e a primeira fase da adolescência pela sobrevivência imediata, em flagrante desobediência ao estabelecido pelos instrumentos e mecanismos internacionais, internos e externos”. Todavia, tal desobediência não tem caráter individual, faz parte de um processo social injusto que obriga famílias pobres a utilizar o trabalho de todos os seus membros como estratégia de sobrevivência (DIEESE, 2001 p. 173/174).

Recentemente, em 16 de abril deste ano (2003), saiu uma pesquisa suplementar da PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, realizada pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 2001, em parceria com a OIT, especialmente direcionada para a questão do trabalho infantil no Brasil.

Convém esclarecer que apesar da legislação brasileira proibir o trabalho antes dos 16 anos de idade (embora o permita a partir dos 14 anos na condição de aprendiz), a PNAD traz informações até os 17 anos. Considerando que alguns (ou muitos) trabalhos, possam estar enquadrados na condição de perigoso, insalubre ou penoso e, por isso, proibidos aos menores de 18 anos, ainda assim temos uma situação não muito clara, por encontrar-se no mesmo bojo da pesquisa trabalho legal e trabalho ilegal. Em todo o caso, os dados apresentados por essa pesquisa “são um sinalizador significativo do problema existente no país”.

A referida pesquisa informa que em 2001 havia 5.482.515 crianças e adolescentes (12,7% do total) trabalhando com idade entre 05 e 17 anos. Desse total, 296.705 tinham entre 05 e 09 anos (1,8%) e 1.935.269 (11,6%) entre 10 e 14 anos de idade. Através da tabela abaixo, podemos perceber que houve significativa redução de trabalho infanto-juvenil em relação ao ano de 1999 (tabela 01, em

números absolutos e, tabela 02, em percentuais).

TABELA 01 - PESSOAS DE PESSOAS DE 05 A 17 ANOS DE IDADE, TOTAL E OCUPADAS, POR GRUPOS DE IDADE, SEGUNDO O SEXO - 1999 E 2001 - BRASIL (ESTIMATIVAS REVISTAS DE 1999).

	Total				Ocupados			
	5 a 9	10 a 14	15 a 17	Total	5 a 9	10 a 14	15 a 17	Total
1999	15.778.116	17.395.446	10.633.847	43.807.409	383.251	2.587.281	3.664.238	6.634.770
2001	16.152.455	16.664.591	10.308.707	43.125.753	296.705	1.935.269	3.250.541	5.482.515
Hom.								
1999	8.051.641	8.757.933	5.391.884	22.201.458	259.995	1.725.220	2.379.106	4.364.321
2001	8.168.612	8.441.876	5.169.533	21.780.021	213.282	292.734	2.064.200	3.570.216
Mul.								
1999	7.726.475	8.637.513	5.241.963	21.605.951	123.256	862.061	1.285.132	2.270.449
2001	7.983.843	8.222.715	5.139.174	21.345.732	83.423	642.535	1.186.341	1.912.299

Fonte: IBGE/ PNAD

NOTA – Exclusive as pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

TABELA 02 - PERCENTUAL DE PESSOAS DE 05 A 17 ANOS DE IDADE POR GRUPOS DE IDADE, SEGUNDO O SEXO - BRASIL – 1999 E 2001.

	População (100%)			Ocupadas (%)			
	5 a 9	10 a 14	15 a 17	5 a 9	10 a 14	15 a 17	Total
1999	36,0	39,7	24,3	2,4	14,9	34,5	15,1
2001	37,5	38,6	23,9	1,8	11,6	31,5	12,7
Homens							
1999	36,3	39,4	24,3	3,2	19,7	44,1	19,7
2001	37,5	38,8	23,7	2,6	15,3	39,9	16,4
Mulheres							
1999	35,8	40,0	24,2	1,6	10,0	24,5	10,5
2001	37,4	38,5	24,1	1,0	7,8	23,1	9,0

Fonte: PNAD/IBGE

Entretanto, ao analisarmos a situação de 1992 e a de 2001, percebe-se uma redução ainda mais significativa. Ao que parece, a mobilização social existente a partir dessa época tem trazido resultados positivos (tabela 03).

TABELA 03 – PERCENTUAL DE PESSOAS OCUPADAS NA SEMANA DE REFERÊNCIA, NA POPULAÇÃO DE 5 A 17 ANOS, POR GRUPOS DE IDADE, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES – 1992 E 2001.

Regiões	5 a 9		10 a 14		15 a 17		5 a 17	
	1992	2001	1992	2001	1992	2001	1992	2001
Brasil (1)	3,7	1,8	20,4	11,6	47,0	31,5	19,6	12,7
Norte Urbana	1,8	1,1	14,9	7,8	38,4	25,2	14,3	9,4
Nordeste	5,1	3,6	27,7	18,3	48,7	34,5	23,1	16,6
Sudeste	1,6	0,6	13,6	6,4	43,0	27,1	15,4	9,3
Sul	6,4	2,1	24,8	12,9	55,8	39,5	24,2	15,1
Centro-Oeste	3,8	0,9	21,2	10,0	50,3	32,7	21,0	11,8

Fonte: IBGE/PNAD

(1) Exclusive as pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima e Amapá.

Segundo o IBGE, a região que mais utiliza a mão-de-obra infanto-juvenil é a região Nordeste, seguida de perto pela região Sul. A primeira região é conhecida no país pelo elevado grau de pobreza, enquanto que a segunda pela boa qualidade de vida e pelas grandes áreas de agricultura existente. Diante dessa situação é possível fazer a seguinte inferência: o trabalho infantil está ligado a pobreza e mais concentrado em atividades agrícolas.

De fato, a atividade agrícola absorveu 43,4% das crianças e adolescentes que trabalhavam. Nesta, a faixa etária onde se concentrou maior percentual de trabalho infantil, em todas as regiões, foi a de 5 a 9 anos de idade (tabela 04).

TABELA 04 – PERCENTUAL DE PESSOAS EM ATIVIDADE AGRÍCOLA NO TRABALHO PRINCIPAL, NA POPULAÇÃO DE 5 ANOS OU MAIS DE IDADE, OCUPADA NA SEMANA DE REFERÊNCIA,, POR GRANDES REGIÕES, SEGUNDO OS GRUPOS DE IDADE - 2001.

Grupos de idade	Percentual de pessoas em atividade agrícola no trabalho principal, na população de 5 anos ou mais de idade, ocupada na semana de referência					
	Brasil (1)	Norte Urbana	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total (2)	20,8	10,2	36,7	10,8	24,0	17,8
5 a 17	43,4	17,0	60,0	23,7	47,1	28,7
5 a 9	75,9	26,1	80,1	59,9	85,2	63,4
10 a 14	56,0	15,9	65,4	37,6	66,5	39,5
15 a 17	32,9	17,0	51,9	17,3	33,4	21,5
18 anos ou mais	19,0	9,6	33,8	10,2	22,3	17,0

Fonte: IBGE/PNAD

(1) Exclusive as pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima Pará e Amapá.

(2) Inclusive as pessoas com idade ignorada.

De acordo com o IBGE, mais da metade das crianças e adolescentes que trabalhavam (51,2%) utilizavam produtos químicos, máquinas, ferramentas ou instrumento no trabalho, fato que o classifica como perigoso e, portanto, proibido para menores de 18 anos de idade. A utilização desse tipo de material é mais elevado em atividade agrícola e na região Sul (58,5%) e Nordeste (53,3%).

A pesquisa informa ainda que, do total de crianças e adolescentes que trabalhavam em 2001, cerca de 80% (4.400.454) freqüentavam escola e quase 20% (1.081.579), não.

Um dos indicadores medidos pela primeira vez foi o tempo de permanência na escola, em atividades curriculares ou extracurriculares (prática de esportes, lazer, etc), segundo a rede de ensino. Pela tabela abaixo se pode perceber que o percentual de crianças e adolescentes que permaneciam mais de quatro horas na escola foi de 41,5%; que essa permanência mostrou-se maior na rede privada de ensino, apresentando menor disparidade para o grupo de 5 e 6 anos e maior entre o grupo de 15 a 17 anos (tabela 05).

TABELA 05 – PERCENTUAL DE PESSOAS QUE PERMANECIAM NA ESCOLA MAIS DE 4 HORAS POR DIA NA POPULAÇÃO DE ESTUDANTES DE 5 A 17 ANOS DE IDADE, POR GRANDES REGIÕES, SEGUNDO OS GRUPOS DE IDADE E A REDE DE ENSINO QUE FREQUENTAVAM – BRASIL – 2001.

Grupos de idade e rede de ensino que frequentavam	Percentual de pessoas que permaneciam na escola mais de 4 horas por dias, na população de estudantes de 5 a 17 anos de idade (%)					
	Brasil (1)	Grandes Regiões				
		Norte Urbana	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total	41,5	21,4	22,4	65,7	21,6	47,9
Rede Pública	39,4	19,6	19,7	65,0	18,7	46,3
Rede Privada	54,3	35,4	39,6	69,1	44,1	57,0
5 e 6 anos	27,0	10,7	12,5	42,1	18,7	39,7
Rede Pública	25,9	9,6	11,4	41,7	15,5	41,3
Rede Privada	30,6	14,2	16,1	43,4	31,5	36,1
7 a 14 anos	42,7	20,1	22,1	69,9	20,6	48,3
Rede Pública	40,6	18,3	19,3	69,3	18,1	46,5
Rede Privada	57,4	37,3	41,7	73,9	45,5	60,4
15 a 17 anos	46,4	31,5	29,9	67,1	26,2	51,3
Rede Pública	42,5	28,4	25,5	64,4	22,1	47,9
Rede Privada	71,2	59,2	65,8	81,6	50,4	71,8

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamentos de Emprego e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001.

(1) Exclusive as pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Assim, enfatizando a necessidade de maior permanência na escola (com qualidade) cabe lembrar a LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira/1996 que prevê que esse período no ensino fundamental seja progressivamente ampliado (Art. 34).

A condição de inscrito ou beneficiário em programas sociais para a educação (como por exemplo, a bolsa-escola) foi outro novo indicador apresentado pela pesquisa. Dos 43,1 milhões de crianças e adolescentes entre 05 e 17 anos de idade, 15,5% estavam inscritos ou eram beneficiários dos programas acima

mencionados. Tal condição, parece ter contribuído para a apresentação de melhores resultados de taxa de escolarização³ do grupo (98,9%), contra 88,1% que não eram beneficiários (tabela 06).

Aqui se percebe a importância de investir em políticas públicas e, sobretudo, melhorar as condições de ensino, para que as crianças, além de acesso, possam continuar e tenham sucesso na escola.

TABELA 06 – TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO DAS PESSOAS DE 5 A 17 ANOS DE IDADE, POR CONDIÇÃO DE INSCRITAS OU BENEFICIÁRIAS DE PROGRAMA SOCIAL PARA EDUCAÇÃO, SEGUNDO OS GRUPOS DE IDADE – BRASIL - 2001.

	Taxa de Escolarização (%)		
	Total (1)	Condição de inscritos ou beneficiários de programa social para educação	
		Eram	Não eram
Total	89,7	98,9	88,1
5 ou 6 anos	76,2	94,8	74,8
7 a 14 anos	96,5	99,4	95,7
7 a 9 anos	96,9	99,5	96,2
10 a 14 anos	96,2	99,3	95,4
15 a 17 anos	81,1	96,6	80,5

Fonte: IBGE/PNAD

Nota: Excluídas as pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

(1) Inclusive as pessoas sem declaração de condição de inscritas ou beneficiárias de programa social para educação.

A pesquisa constatou também que entre as crianças e adolescentes que trabalhavam, a taxa de escolarização era de 80,3%, enquanto das que não trabalhavam era cerca de 10 pontos percentuais acima, isto é, 91,1%.

Entre as crianças e adolescentes que trabalhavam (5.482.515), verificou-se que cerca de um terço (1.836.598), cumpriam jornada integral, ou seja, 40 horas ou mais por semana. Foi constatado ainda que as crianças que não freqüentavam escola eram as que trabalhavam mais (tabela 07).

Diante desse quadro, questiona-se: que chances têm essas crianças de viverem suas infâncias e prepararem-se para um futuro melhor?

³ Taxa de escolarização: é o percentual que representa o número de alunos de um determinado grupo etário freqüentando escola em relação à população total nesse mesmo grupo etário.

TABELA 07- PESSOAS DE 5 A 17 ANOS DE IDADE, OCUPADAS NA SEMANA DE REFERÊNCIA, POR GRANDES REGIÕES, SEGUNDO OS GRUPOS DE HORAS HABITUALMENTE TRABALHADAS POR SEMANA EM TODOS OS TRABALHOS – BRASIL – 2001.

Grupos de idade e grupos de horas habitualmente trabalhadas por semana em todos os trabalhos	Brasil (1)	Norte Urbana	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total (2)	5482515	258294	2332021	1583354	1921264	363349
Até 20 horas	2286847	78644	1205564	497623	370765	119359
21 a 39 horas	1356840	77208	550185	391213	242113	89457
40 horas ou mais	1836598	102442	575542	693952	307452	154534

Fonte: IBGE/PNAD

(1) Exclusive as pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Roraima, Pará e Amapá.

(2) Inclusive as pessoas sem declaração de horas habitualmente trabalhadas em todos os trabalhos.

Quanto aos motivos apresentados pela pesquisa que impediram as crianças e adolescentes de freqüentarem a escola observou-se “freqüências muito distintas em função da faixa etária”. As crianças e adolescentes que não freqüentavam escola por terem que ajudar nos afazeres domésticos, trabalhar ou procurar trabalho representavam 0,3% no grupo de 5 a 9 anos, 9,8% no de 10 a 14 anos e 24,1% no de 15 a 17 anos de idade. Aqueles que não estudavam por não terem conseguido vaga eram 25,5% no grupo de 5 a 9 anos, 10,2% no de 10 a 14 anos e 5,9% no de 15 a 17 anos de idade.

A maior concentração no grupo de 5 a 9 anos, provavelmente, se dá em função da pouca quantidade de creches ou pré-escolas para atendimento da clientela de 0 a 6 anos, em descumprimento ao que determina o ECA (art. 54, IV).

Dos 5, 4 milhões de crianças e adolescentes que trabalhavam 51, 4% eram remuneradas. Dentre estas, 41,5% ganhavam até meio salário mínimo e 35,5% de meio a um salário mínimo, ou seja, 77% delas recebiam no máximo, um salário mínimo. Somente 0,4% das crianças ganhavam mais que três salários mínimos de remuneração.

Diante dessa situação cabe lembrar Gomes, quando escreve sobre o tema: “como ao pior começo tende a corresponder um fôlego limitado da carreira

profissional, vemos que grande parte da nossa população economicamente ativa tem seu status de destino fortemente atrelado ao seu status de origem” (GOMES, Cândido A., 1990 in MTE-DRT/SP).

A pesquisa também observou a relação existente entre o rendimento da família e a quantidade de seus membros para a utilização do trabalho infantil. Nessa perspectiva, quanto menor o rendimento da família, maior o nível de ocupação das crianças e adolescentes. Nas famílias que ganhavam até meio salário mínimo, o percentual de crianças ocupadas foi de 18,9%, enquanto naquelas que ganhavam 10 salários mínimos ou mais, a proporção foi de 7,5%. Nas famílias com 7 pessoas ou mais, cerca de 20% das crianças entre 5 a 17 anos trabalhavam; nas de menos de 7 pessoas, o percentual observado era de 11%.

Apesar dos indicadores ainda apontarem um elevado índice de trabalho infantil, percebe-se no conjunto, que houve melhorias a partir da implementação de ações voltadas para o enfrentamento dessa situação.

Tendo em mente o contexto do trabalho infantil no Brasil, será apresentado em seguida à situação do trabalho infantil no Paraná.

5. O TRABALHO INFANTIL NO PARANÁ

Em 1990, a pesquisa PNAD-IBGE apontava o Paraná como o 2º estado da federação em utilização de mão-de-obra infanto-juvenil, perdendo apenas para o Piauí, um dos estados mais pobres do país (Carneiro, 2002 p. 96).

De 1992 a 1995, o número de ocupados de 5 a 17 anos continua alto e superior a média nacional. Entretanto, de 1995 a 1999, pode-se verificar que, seguindo a tendência nacional, houve uma significativa redução, estando em 1999, bem próximo da média brasileira. Em 2001, percebe-se uma elevação da média em relação ao Brasil, porém, em relação a sua própria média, esses números continuam seguindo a tendência de queda.

TABELA 08. CRIANÇAS E ADOLESCENTES QUE TRABALHAM NO PARANÁ – NÚMEROS TOTAIS - 1992/95/99 – 2001.

Ano	Pop. Total (5-17)	Ocupados	Tx. de ocupação - Paraná	Tx. de ocupação- Brasil
1992	2.472.978	600.093	24,2	19,6
1995	2.471.116	600.557	24,3	18,7
1999	2.420.191	383.024	15,8	15,1
2001	2.422.103	348.249	14,3	12,7

Fonte: 1992-1995 - UNICEF/IBGE- PNAD
1999-2001- PNAD/IBGE.

Se desagregarmos esses números por faixa etária, verifica-se em 2001, particularmente nas idades de 5 a 9 e 10 a 14 anos, uma taxa de ocupação⁴ já inferior (5-9) e praticamente equivalente (10-14) as taxas existentes para o Brasil.

⁴ Taxa de Ocupação: é a relação entre as pessoas ocupadas de uma determinada faixa etária e a população total dessa mesma faixa etária. A taxa de ocupação mede o grau de absorção da força de trabalho pelo sistema econômico.

TABELA 09. TAXA DE OCUPAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES POR GRUPOS ETÁRIOS BRASIL E PARANÁ: 1992/95/99 – 2001.

Ano	Local	Idade		
		5-9	10-14	15-17
1992	Brasil	3,7	20,4	47,0
	Paraná	5,3	25,3	56,8
1995	Brasil	3,2	18,7	44,0
	Paraná	4,5	25,2	54,9
1999	Brasil	2,4	14,9	34,5
	Paraná	2,7	16,2	42,6
2001	Brasil	1,8	11,6	31,5
	Paraná	1,6	11,9	39,9

Fonte: 1992-1995 - UNICEF/IBGE- PNAD
1999-2001- PNAD/IBGE.

Assim como ocorre no restante do país, no Paraná, a concentração relativa de crianças no trabalho é maior nas áreas rurais, particularmente na faixa etária de 5 a 9 anos (91,9%), quando, geralmente, acompanham os pais em suas tarefas.

TABELA 10. PESSOAS DE 5-17 ANOS OCUPADAS, NA SEMANA DE REFERÊNCIA POR ATIVIDADE NO TRABALHO PRINCIPAL – PARANÁ - 2001

Idade	Ocupados Total	Ativ. Agrícola	%	Ativ. Não-agrícola	%
5-9	14.491	13.313	91,9	1.178	8,1
10-14	112.161	76.841	68,5	35.320	31,5
15-17	221.597	81.020	36,6	140.577	63,4

Fonte: IBGE-PNAD 2001.

Segundo dados do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES, 2003) 71% da população rural encontra-se em municípios com os menores índices de desenvolvimento humano, com forte presença de agricultores familiares pobres. Sendo assim, se faz necessárias políticas públicas específicas para promover essas famílias e seus filhos.

Entre a população total de 5 a 17 anos de idade (2.422.103), 87% (2.108.663) freqüentavam a escola, sendo 88,9% na rede pública e 11,1% na rede privada.

A exemplo do que apresentou para o Brasil, a pesquisa suplementar da PNAD-2001 trouxe informações sobre o tempo de permanência diária na escola, em atividades curriculares ou extracurriculares, para os estudantes de todos os estados (porém, sem desagregação por faixa etária). No Paraná, na rede pública de ensino, 77,2% dos alunos ficavam na escola até 4 horas, 22,8% mais de 4 horas, enquanto na rede privada 52% até 4 horas e 48% mais de 4 horas.

Levando-se em conta que maioria dos alunos que freqüentam a escola pública são provenientes de famílias com baixo nível de renda, além de se ampliar à jornada escolar (ver LDB, citada), há de se fazer um currículo atrativo, buscando atrair aqueles que estão fora da mesma, evitando ainda que as crianças busquem trabalho em outro período.

Na população infanto-juvenil com idade entre 05 e 17 anos (2001- ver tabela 08), entre aqueles que não freqüentavam escola - 313.440 (cerca de 13%), apresentaram como motivos para a não freqüência: 12,8% para ajudar nos afazeres domésticos, trabalhar ou procurar trabalho; 17,2% por não existir escola perto de casa ou faltar vaga na escola; 29,7% por vontade própria ou dos pais ou responsáveis e 40,2% por outro motivo.

Aqui se percebe o quanto ainda se tem que trabalhar para conscientizar os pais ou responsáveis e a necessidade de maior atenção por parte do poder público para que todas as crianças tenham reais oportunidades de se desenvolverem e se prepararem melhor para a vida adulta.

Entre as crianças e adolescentes de 5 a 17 anos que trabalhavam, verificou-se que 52,9% não tinham rendimento, 34,2% deles recebia do trabalho principal, um rendimento médio mensal de até 01 salário mínimo e 12,8% mais de 01 salário mínimo.

Verificou-se ainda que mais de um terço dessas crianças e adolescentes (35,2%) trabalhavam até 20 horas por semana, 27,9% de 21 a 39 horas e 36,8% trabalhavam 40 horas ou mais por semana.

Em 2001, naqueles ocupados com idade entre 10 e 17 anos (333.758), observou-se as seguintes formas de inserção na força de trabalho: 38% eram empregados, 8% empregados domésticos, 39,4% eram trabalhadores não-remunerados, 3,4% trabalhavam por conta própria, (10,5%) na produção para consumo próprio e (3%) na construção para o próprio uso. Dentre os empregados, apenas 20,7% tinham a carteira de trabalho assinada, o que significa que a grande maioria encontra-se na informalidade.

No que se refere ao rendimento das famílias residentes no Paraná, em 2001, no total de 2.969.691, 295.884 (9,9%) recebe até 1 salário mínimo e 531.925 (17,9%) de 1 a 2 salários mínimos, ou seja, 27,8% das famílias têm um rendimento médio mensal de até 2 salários mínimos. É provável que muitas dessas famílias necessitem da força de trabalho dos filhos para complementar a renda familiar.

Estudos do IPARDES (2003), apontam um quadro mais preocupante para a questão de renda no Paraná. O mesmo afirmava que, em 2000, havia 692.795 domicílios particulares permanentes cujos responsáveis não dispunham de rendimento ou possuíam renda de até 1 salário mínimo, representando 26% do total de domicílios com renda nessa faixa salarial.

Considerando as potencialidades do Brasil e do Paraná diante das demandas por realizações de obras de infra-estrutura (construção de rodovias, ferrovias, etc); serviços (saúde, escola de boa qualidade, segurança) e ações governamentais (reforma agrária, dentre outras) têm-se configurada a existência da imensa capacidade de geração de empregos que poderá favorecer parcelas importantes de populações marginalizadas, retirando-as da situação de miséria a que estão submetidas (CARLEIAL e MALAGUTTI, 2002 p. 13).

6. O COMBATE AO TRABALHO INFANTIL NO PARANÁ

6.1- PRECEDENTES

Após a divulgação dos dados da PNAD-IBGE/1990 (citado acima), em 1994, o Paraná foi convocado pelos organizadores do IPEC/OIT para participar do 1º Seminário Nacional sobre o trabalho infantil, que visava conhecer a realidade existente sobre o assunto em cada estado. Na ocasião, tendo em vista a gravidade do problema apontado pela pesquisa do IBGE, o Estado assume o compromisso de iniciar o processo de discussão e sensibilização sobre o tema. (CARNEIRO, 2002 p. 100).

Nessa perspectiva, tem início maior mobilização por parte das entidades envolvidas com a proteção de direitos de crianças e adolescentes.

No primeiro momento (dezembro/1995), o Conselho Estadual de Direitos da Criança e Adolescente, em parceria com a Secretaria Estadual da Criança e Assuntos da Família (SECAF), fizeram vários seminários envolvendo conselheiros municipais de direitos das crianças e adolescentes, conselheiros tutelares e representantes de outras entidades ligadas à defesa dos direitos da infância, no sentido de sensibilizar os agentes envolvidos para a questão da exploração do trabalho infantil.

Na época, havia uma certa resistência em relação ao combate ao trabalho infantil, especialmente no interior do Estado, fato que era entendido, levando-se em conta que a discussão sobre o assunto era recente e muitos conselheiros não tinham clareza da dimensão dos direitos da infância recém garantidos pela Constituição e pelo ECA (CARNEIRO, op. cit p. 101). Aliado a isso, a questão cultural (e de sobrevivência) que era (e ainda é) um forte elemento dificultador de extinção dessa mazela.

Ainda em 1994, por iniciativa do Conselho Estadual do Trabalho, foi criado o Grupo Temático sobre Trabalho Infantil e Adolescente, a partir da experiência dos participantes do Conselho e de membros da Central Única dos Trabalhadores (CUT) pelo fato das centrais sindicais estarem envolvidas neste debate.

Composto por representantes do executivo Estadual, da sociedade civil e de representantes dos trabalhadores, o Grupo Temático tinha como objetivo aprofundar os conhecimentos sobre as condições de trabalho de crianças e adolescentes para então propor ações para o enfrentamento da questão.

Com base nos dados fornecidos pela DRT/PR foi efetuado um diagnóstico e elaborado um documento intitulado “Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e Regularização do Trabalho Adolescente” que continha proposta de ações imediatas e responsabilidades de cada entidade envolvida no assunto.

Na época, os municípios que apresentaram os maiores índices de trabalho infantil foram chamados a assinar um termo de compromisso com o governo estadual e foram incluídos de maneira prioritária nos programas governamentais destinados à promoção da família, posto que, ainda não havia programas específicos de erradicação do trabalho infantil.

Em 1997, o Grupo Temático deixa de existir e é criado, a exemplo do que existe a nível nacional, o Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil, com o envolvimento de várias entidades governamentais e não-governamentais.

Resgatada um pouco da história de enfrentamento do combate ao trabalho infantil passaremos a descrever as ações desenvolvidas por algumas das principais instituições envolvidas com essa temática.

6.2 FÓRUM ESTADUAL DE PREVENÇÃO DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL E DE REGULARIZAÇÃO DO TRABALHO ADOLESCENTE

Constituído pela Resolução nº 017/97 da Secretaria da Criança e Assuntos da Família (SECAF) esteve inicialmente coordenado por esta Secretaria, passando em 2000 a cargo da Secretaria de Estado das Relações do Trabalho (SERT). Em 2001, o Fórum passa a ter uma coordenação colegiada composta pelo Ministério Público do Trabalho, outra entidade governamental e duas entidades não-governamentais que são eleitas para um biênio.

Composto por diversas entidades governamentais e não-governamentais⁵, é entidade desprovida de personalidade jurídica e “está inserida no Sistema de Garantia dos Direitos enquanto articulação de entidades, órgãos, instituições e pessoas incumbidas do controle social, mobilização e denúncia em relação à temática do trabalho infanto-juvenil”⁶. Reúne-se mensalmente para discussão e aprovação de ações que visem a garantia de direitos de crianças e adolescentes, especialmente, naquela área.

Entre as ações realizadas merecem destaque: Seminário de discussão do orçamento municipal destinado à infância, com a finalidade de conhecer tal orçamento e cobrar do poder público a priorização de crianças e adolescentes, discussão sobre a Lei de Aprendizagem; acompanhamento da implantação do programa PETI, Oficina de aprofundamento sobre trabalho infantil (04/2003), organização e realização de passeata (em Curitiba) por ocasião de comemoração do 1º ano internacional de luta contra o trabalho infantil (12/06/2003).

⁵ Participam do Fórum: Ministério Público do Trabalho, Conselho Estadual de Assistência Social, Conselho Estadual dos Direitos da Criança e Adolescente, DRT, Secretaria do Emprego, Trabalho e Promoção Social, Sec. De Educação do Estado do Paraná, Federação dos Empregados em Estabelecimentos Bancários (FEEB/PR), Federação dos trabalhadores em Agricultura do Estado do Paraná (FETAEP), SESI, SENAI, SESC E SENAR, UFPR, IPARDES, SEED, Pastoral da Criança, OAB, Conselheiros Tutelares, Fundacentro, Inst. De Ação Social do Paraná (IASP), Sind. Dos Professores no Estado do Paraná (SINPROPAR).

⁶ Documento do Fórum – Retrospectiva 2002 p. 2.

Apesar do empenho, o Fórum paranaense tem encontrado dificuldades em seu papel de articulador, entre elas: levar a discussão e atuar no interior do Estado, divulgar a existência do Fórum e fazer com que outros setores importantes da sociedade, como os empresários, participem, e acompanhar de forma mais eficiente à execução do Programa PETI.

Entretanto, o Fórum está trabalhando na perspectiva de construção de um Plano Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Trabalho Adolescente, em conjunto com diversas instituições e atores do Sistema de Garantia dos Direitos da infância e adolescência.

6.3- MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO NO ESTADO DO PARANÁ (DRT/PR) ⁷

O Ministério do trabalho e Emprego é representado nos estados pelas Delegacias Regionais do Trabalho (DRT) e tem, dentre outras atribuições, por intermédio de seus Auditores–Fiscais do Trabalho, fiscalizar o cumprimento da legislação trabalhista, buscando melhoria das condições e das relações de trabalho para todos.

Para atuar de forma mais intensiva no combate ao trabalho infantil, a partir de 1996, foram criados em todas as DRTs, os Núcleos de Combate ao Trabalho Infantil, que em 2000 passam a se chamar Grupos especiais de Combate a Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente (GECTIPA), tendo entre suas atribuições, a fiscalização voltada mais especificamente para o público infanto-juvenil.

O GECTIPA/PR é composto basicamente por dois Auditores-Fiscais (titulares) e possui um grupo de apoio (cerca de dez) que atuam nas áreas de legislação, medicina do trabalho e engenharia de segurança do trabalho. Fiscalizam

⁷ Entrevista com o Coordenador do GECTIPA-DRT/PR.

todo o Estado do Paraná⁸, contando com a colaboração das Subdelegacias regionais (Ponta Grossa, Londrina, Maringá, Cascavel e Foz do Iguaçu).

No final de cada ano, o GECTIPA envia à Secretária de Inspeção do Trabalho (SIT/MTE) um plano operacional, priorizando atividades (sobretudo da zona rural), que envolvem relações formais de trabalho, e de acordo com a época de colheita de produtos que historicamente utilizam mão-de-obra infanto-juvenil⁹.

Não existindo programação fixa de fiscalização em Curitiba, a fiscalização do trabalho infantil urbano é realizada mediante denúncias feitas pelo Ministério Público Estadual, Ministério Público do Trabalho, imprensa, sindicato, Conselhos Tutelares e pela população em geral. Entretanto, as maiores demandas são originárias do Ministério Público do Trabalho (cerca de 10 por mês) que se concentram em: trabalho em minimercados, estacionamentos, lava-cars, panfletagem e comércio ambulante em vias públicas. O trabalho infantil doméstico não é fiscalizado, mas se houver denúncia, pode ser realizado mediante ação fiscal indireta que se faz chamando o empregador a DRT para regularizar a situação.

Na realização de um procedimento fiscalizador, a rotina de intervenção prevê: a identificação e levantamento físico do local; entrevistas com os trabalhadores menores de 18 anos, buscando elementos que caracterizem vínculo trabalhista; a lavratura de um auto de infração quando é constatada uma irregularidade; envio de uma cópia do auto de infração ao Ministério Público do Trabalho; emissão de uma multa de 378 UFIR (R\$ 400,00) per capita (que tem o limite de 05 trabalhadores e, se for paga no prazo, sofre um desconto de 50% - previsão constante da CLT). O dinheiro arrecadado com as multas não é investido na prevenção, vai para a União junto com os outros impostos.

⁸ Embora a fiscalização do trabalho infantil possa ser realizada por qualquer um dos 145 Auditores-Fiscais que trabalham, tanto na sede (87), quanto no interior do Estado (58), é realizada de forma mais específica pelo GECTIPA.

⁹ As principais atividades fiscalizadas na zona rural são: cultura da laranja, algodão, café, feijão, tomate, batata e gengibre, fumicultura, serviços em cerâmicas, olarias, madeiras e serrarias.

Geralmente, são os pequenos empresários urbanos e pequenos produtores rurais que utilizam a mão-de-obra infanto-juvenil ainda com o discurso de estar fazendo um favor à criança e/ ou a seus pais. Assim, a atuação da DRT, ainda é vista de forma negativa pela maioria destes.

Ao se deparar em situações de trabalho desenvolvido em agricultura familiar (especialmente aquelas tidas como insalubre – o fumo, por exemplo), em que os pais levam os filhos para ajudá-los, “por motivos que vão, desde a falta de espaços que ofereçam assistência (creches ou contraturnos) na impossibilidade de deixá-los em casa, até os que acreditam ser a precocidade do trabalho uma necessidade na formação dos filhos”, o Auditor fiscal vê limitadas por lei à atuação repressiva. Nestes casos, os pais são informados da proibição legal e orientados sobre os danos causados à saúde pelo trabalho precoce e os filhos são encaminhados ao Conselho Tutelar para que sejam inseridos no PETI (se trabalho insalubre, perigoso ou penoso), conforme a disponibilidade de vagas, ou em programas locais similares. Porém, entre o encaminhamento e a efetivação de atendimento decorre um prazo amplo. Mesmo assim, não há como garantir que esta criança não voltará ao trabalho, pois, “também não se garante que tal família prescindia do trabalho de seus filhos para sobreviver” (CARNEIRO, op. cit. p.107).

A atuação da DRT na zona rural, embora seja quase sempre em atividades que envolvam relações formais de trabalho, tem trazido resultados: em algumas culturas, o trabalho infantil foi bastante reduzido, no caso do gengibre, e em outras, como a cana de açúcar, afirmam está praticamente erradicado.

Apesar de estar apresentando resultados positivos naquela área, a DRT ainda deixa em descoberto um grande número de situações de trabalho informal do qual se sabe, faz parte a maioria dos trabalhadores infantis. Há de se considerar ainda, o reduzido número de Auditores-Fiscais para atuar sobre todo o Estado.

Dentre outras atribuições, cabe ao GECTIPA a realização de ações de caráter educativo que visam à sensibilização de diversos atores sociais para o tema

do trabalho infantil e coletar dados para a realização de diagnósticos sobre o assunto. Desse modo, tem atuado junto à associação de empregadores, sindicatos, escritórios de contabilidade, bem como a outros agentes: conselhos tutelares, prefeituras, etc.

No que se refere à coleta de dados para a produção de diagnósticos (que vem sendo realizados desde 1995 e atualizados anualmente), a DRT apresenta informações relativas aos municípios, atividades e condições em que estão inseridas crianças e adolescentes. Porém, a quantificação dessa população, apresentada em seu sistema informatizado de fiscalização não condiz com a realidade.

Tal situação emerge de algumas dificuldades: o fato da fiscalização não ter acesso a diversas atividades informais e, mesmo para as formais, não conseguir realizar uma fiscalização efetiva; muitos fiscais não se envolverem com o trabalho infanto-juvenil, pois, ao detectarem a existência desse tipo de mão-de-obra, realizam os procedimentos necessários no que se refere à ação fiscal, porém, o que se percebia (essa prática vem mudando) era a falta de inserção de dados no sistema relativo ao grupo populacional enfocado, às vezes por problemas no sistema informatizado (que se tornou mais confiável a partir de 2001) ou por falta de atenção dos referidos Auditores.

6.4- MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO – PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO -PRT/9ª REGIÃO

Este órgão tem trabalhado junto ao Fórum Estadual de Erradicação (é um dos membros da coordenação colegiada) e tem atuado (em articulação com os Conselhos Tutelares, DRT, etc) ativamente na apuração de denúncias relativas à exploração do trabalho de crianças e adolescentes.

Em 2001, em parceria com o Ministério Público Estadual, firmou Termos de Compromisso de Ajustamento de Conduta para erradicação do trabalho infantil nos lixões com 46 municípios paranaenses. Dentre eles: Curitiba, Guarapuava,

Londrina, Maringá, Matinhos e Medianeira. Tais municípios se comprometeram “priorizar a educação e formação integral das crianças, por meio da adoção de políticas públicas”.

Foram firmados ainda Termos de Compromisso com diversos setores (farmácias, serrarias, marcenarias, carvoarias, editora de jornais), com o comprometimento de não utilizarem mão-de-obra infanto-juvenil que não esteja prevista na forma da Lei (a partir dos 14 anos, Lei 10.097/2000).

6.5 - MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

Trabalhando na prerrogativa de direitos da sociedade civil, este órgão dispõe de um centro de apoio operacional às promotorias da infância e juventude e, na questão do trabalho infantil, tem atuado em parceria com o Ministério Público do Trabalho, Conselhos de Direitos da Criança e Adolescente e Conselhos Tutelares.

6.6 - SECRETARIA EMPREGO, TRABALHO E PROMOÇÃO SOCIAL - SETP

Esta Secretaria (antiga SERT e SECAF) é responsável pelo gerenciamento do PETI a nível estadual.

O PETI foi implantado no Paraná a partir de junho de 2000 e tem até o momento a participação de 155 municípios, atendendo 38.801 crianças e adolescentes (15.668 da zona urbana e 17.308 da rural)¹⁰ que se encontravam “desenvolvendo atividades consideradas como as piores formas de trabalho, entre elas: plantio e colheita de fumo, vendedor ambulante, bóias-frias, catadores de lixo, serviços em olarias e agricultura” (SECRETARIA DE ESTADO DA CRIANÇA E ASSUNTOS DA FAMÍLIA - SECR, Manual para gestores estaduais/ municipais, 2001).

¹⁰ Dados fornecidos pela SETP, em abril de 2003.

A concessão da Bolsa Criança-Cidadã no valor de R\$ 25,00 para a zona rural e R\$ 40,00 para a urbana, em avaliações já realizadas sobre o Programa¹¹, considera que “a Bolsa é equivalente ao valor auferido pela criança no trabalho, quando este é realizado em áreas rurais. Contudo, nas atividades urbanas, mesmo para as crianças que esmolam, este valor fica muito aquém do conseguido no ‘trabalho’” (CARNEIRO, op. cit. p. 83).

Dentre as ações previstas para o programa está a realização da jornada escolar ampliada, que vem acontecendo nos municípios, e programas de geração de emprego e renda. Este último, na avaliação do Fórum Estadual, “ainda está muito longe de atingir a demanda necessária”.

6.7 - CONSELHOS TUTELARES

No âmbito não-governamental, com maior atuação, encontram-se os Conselhos Tutelares, representantes da sociedade civil, “são os órgãos com possibilidade de chegar mais próximo da problemática do trabalho infantil”. Por serem responsáveis pela zeladoria dos direitos da criança e do adolescente em todos os aspectos, podem detectar situações de exploração de mão-de-obra infanto-juvenil e assim, fazer denúncias junto aos órgãos competentes: Ministério Público do Trabalho, Ministério Público Estadual e DRT para que se tome a medida necessária para a resolução do problema.

Segundo o Fórum Estadual¹², “os Conselhos Tutelares enfrentam problemas de fragilidade de infra-estrutura, baixa formação dos conselheiros e ainda sobrecarga de casos emergenciais” que têm dificultado um maior envolvimento em relação ao problema do trabalho infantil.

¹¹ Após a implantação do Programa em 1996-1997, como projeto piloto no estados do Mato Grosso do Sul, Bahia e Pernambuco foi realizada uma avaliação pelo Instituto de Estudos Especiais – IEE/PUC-SP.

¹² Documento do Fórum, op. cit. p. 5.

Todos os municípios paranaenses possuem Conselhos Tutelares, sendo que Curitiba conta com 08, Londrina 03, Ponta Grossa 02 e Cascavel 02, perfazendo o total de 410 (CENTRAL DE NOTÍCIAS DOS DIREITOS DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - Ciranda, 2002 p. 23)

6.9. CONSELHOS DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ESTADUAL E MUNICIPAIS)

Como órgãos públicos dotados de poder deliberativo e controlador das ações em relação aos direitos de crianças e adolescentes compete aos mesmos à elaboração de políticas públicas que obrigatoriamente devem ser atendidas pelo respectivo poder executivo.

Portanto, exercem papel de extrema importância na efetivação de direitos das crianças e adolescentes.

O Paraná conta com o Conselho Estadual e 399 Conselhos Municipais.

CONCLUSÃO

Ao analisarmos a situação do trabalho infantil existente no Brasil e no Paraná em 1992 e, posteriormente em 2001, pode-se perceber que houve uma significativa redução em seus índices.

As leis e ações implementadas, especialmente após a Constituição Federal de 1988, a implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente e a entrada do Brasil no Programa Internacional de Combate ao trabalho infantil forçaram a mobilização, tanto nacional quanto estadual, repercutindo positivamente no quadro de trabalho infantil que havia.

Apesar dos avanços obtidos, ainda se faz necessário maior integração entre as instituições em seus diferentes campos de atuação e melhoria em suas ações e/ou programas.

A DRT/PR deverá buscar o engajamento de todos os seus Auditores-Fiscais na luta contra o trabalho infantil e regularização do trabalho do adolescente, realizando, além da fiscalização e ações de conscientização, pesquisa e produção de dados com vistas à implementação de políticas públicas que possam ser mais eficazes.

Os Conselhos dos Direitos de Crianças e Adolescentes e Conselhos Tutelares, além de buscarem uma melhor estrutura para funcionamento, necessitam que seus conselheiros sejam mais bem preparados em suas tarefas de agentes protetores da infância e da adolescência.

Embora, num primeiro momento, sejam necessárias medidas pontuais de eliminação do trabalho infanto-juvenil, tal como o programa PETI, urge preencher o vazio da proibição do trabalho antes dos 16 anos com ações positivas e integradas, através das quais toda e qualquer criança tenha acesso à saúde, educação de qualidade, lazer, cultura e profissionalização que lhes permita ascender pessoal e socialmente. Cabe oferecer condições concretas, inclusive econômicas, para que os

pais não necessitem da mão-de-obra de seus filhos para a sobrevivência da família.

A implantação de políticas econômicas e sociais que vislumbrem a melhoria de vida do conjunto da população, especialmente daqueles menos favorecidos, e a continuidade de ações de conscientização da sociedade são medidas que, de fato, poderão contribuir para a erradicação da exploração da mão-de-obra infanto-juvenil.

BIBLIOGRAFIA

ANAIS DO SEMINÁRIO DA REGIÃO SUL. **Proteção Integral para Crianças e Adolescentes: Fiscalização do Trabalho, Saúde e Aprendizagem.** Florianópolis: DRT/SC, 2000.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente** : Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Diário Oficial da União, de 16 de julho de 1990.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** : Lei nº 9.394, de 1996. Brasília: Subsecretaria de Edições Técnicas, 1997.

CARLEIAL, Liana & MALAGUTI, Manoel Luiz. **Infomalidade e Precarização no Mercado de Trabalho Brasileiro.** In: Apostila da Disciplina: Industrialização e Formação do Mercado de Trabalho no Brasil - UFPR/CEET, 2002.

CARNEIRO, Ana Gilka D. **Erradicação do Trabalho Infantil: Estudo de Políticas Públicas contra a Exploração da Mão-de-Obra Infantil em Curitiba.** Curitiba, 2002. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade Federal do Paraná.

CBMM, ABRINQ e UNICEF. **10 Medidas Básicas para a Infância Brasileira.** São Paulo: UNICEF, 1994.

CIRANDA. **A Criança e o Adolescente na Mídia** - Paraná. Curitiba: 2002.

COSTA, Antonio C. Gomes da. **O Estatuto da Criança e do Adolescente e o Trabalho Infantil no Brasil - Trajetória, Situação Atual e Perspectivas.** São Paulo: LTR, [1997?].

DIEESE. **A Situação do Trabalho no Brasil.** São Paulo, 2001.

FÓRUM ESTADUAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL E REGULARIZAÇÃO DO TRABALHO DO ADOLESCENTE DO PARANÁ. **Retrospectiva** 2002. Curitiba, 2003.

IBGE. **Trabalho Infantil 2001**, Departamento de Emprego e Rendimento. Rio de Janeiro : IBGE, 2003.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios** . Rio de Janeiro: IBGE, 2001

IPARDES. **Paraná: Diagnóstico Social e Econômico.** Curitiba: IPARDES, 2003.

KASSOUF, Ana Lúcia. **Trabalho Infantil.** In : LISBOA, Marcos de; MENEZES-FILHO, Naércio A. Microeconomia e Sociedade no Brasil. Contra Capa Livraria e FGV, Rio de Janeiro, 2001.

MARQUES, M. Elizabeth; NEVES, M. de Almeida & CARVALHO NETO, Antonio (Org.). **Trabalho Infantil: A Infância Roubada.** 1. ed. Belo Horizonte: PUC Minas, Instituto de Relações do Trabalho, 2002.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO/DRT/GO. **A Consciência Social sobre o Trabalho Infantil – Uma Pesquisa Realizada em Goiás.** Goiás [2003?].

_____/DRT-SP/Subdelegacia do Trabalho em Ribeirão Preto/SP. **Trabalho Precoce, Saúde e Desenvolvimento,** [1999?].

MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL/PR. Combate ao Trabalho Infantil. Boletim Informativo nº 04, 2001. Disponível em <<http://www.mp.pr.gov.br>. Acesso em: julho de 2003.

OIT (2002-a). **“Um Futuro Sin Trabajo Infantil”.** Informe I (B) da Conferência Internacional do Trabalho, Geneve, 90ª Reunião de 2002. (www.ilo.org/public).

PARANÁ, Governo. Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família. **Manual para Gestores Estaduais/Municipais.** Curitiba, 08/2001.

PERES, Andréia. **A Caminho da Escola – 10 Anos de Luta pela Erradicação do Trabalho Infantil no Brasil.** Instituto Souza Cruz. 2002.

REPÚBLICA, Presidência. **Trabalho Infantil no Brasil: Questões e Políticas.** Brasília, 1998.

SCHWARTZMAN, Simon. **Trabalho Infantil no Brasil.** Brasília : OIT, 2001.

VEIGA, João Paulo Cândia. **A Questão do Trabalho Infantil.** São Paulo: Associação Brasileira de Estudos do Trabalho –ABET, 1998.

UNICEF/BRASIL. **Indicadores sobre Crianças e Adolescentes: 1990-1999.** Disponível em <<http://www.unicef.org.br/>. Acesso em: julho de 2003.

ENTREVISTA

PAULA, Sérgio Luiz de. Entrevista concedida pelo Coordenador do GECTIPA – DRT/PR, Curitiba, 10/06 e 03/07, 2003.